

Gerdau: ainda é preciso baixar os juros.

Para o presidente do Grupo Gerdau, essa é a condição essencial para o êxito das medidas econômicas do governo para 83.

As medidas anunciadas pelo governo para conter a inflação e reequilibrar a economia só terão êxito se, além de cumpridas à risca, a começar pelo controle dos gastos governamentais, forem complementadas pela redução efetiva das taxas de juro.

Essa é a opinião do diretor-presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johanpeter, expressa ontem em Porto Alegre. Em entrevista coletiva, a convite dos repórteres econômicos da capital gaúcha, o empresário disse que as decisões adotadas na última reunião do Conselho Monetário Nacional "são um instrumento para melhorar o problema do balanço de pagamentos, e um processo para diminuir a inflação". Todavia, ressaltou:

— Para a pequena e média empresas e para o consumidor, o elemento mais importante para a reativação da economia talvez seja a redução das taxas de juro. As outras decisões tomadas na redução sobre importações e as medidas estabelecidas para o setor de expansão dos meios de pagamento são de certo modo restritivas, e é então importante que surja uma medida compensatória, que pode ser a redução dos juros.

Essa redução, para Jorge Gerdau Johanpeter, será fundamental para que o Brasil possa tentar manter, em 1983, o mesmo desempenho econômico dos últimos meses deste ano. Será imprescindível, também, acrescentou, que as decisões já anunciadas não sofram nenhum desvio. A questão do controle dos gastos governamentais, por exemplo, "não tem sido o forte do governo nos últimos anos":

— A máquina governamental cresceu enormemente nestes anos, e realmente a sociedade tem que redebater, para procurar dimensionar o Estado à sua realidade, à realidade econômica, e procurar evitar dar encargos ao Estado de eventualmente a sociedade poderia assumir. Existe possibilidade de o governo controlar seus gastos, mas é um esforço enorme. Eu acredito que o governo vem se aprimorando gradativamente nesse sentido, e isso será importante, porque o plano (de reajuste da economia) só terá sucesso se realmente houver uma redução desses gastos.

Ainda comentando as últimas decisões do Conselho Monetário Nacional, Jorge Gerdau Johanpeter disse acreditar ser possível, com elas, reduzir a inflação para cerca de 70% em 1983. Quanto à outra previsão do governo, de atingir um superávit de US\$ 6 bilhões no balanço de pagamentos no próximo ano, o empresário gaúcho mostrou-se cético:

O importante é buscar de qualquer forma um superávit. Agora, se este número vai ser alcançado ou não, é bastante difícil prever, porque está muito mais condicio-

nado à evolução dos preços das commodities. Consequentemente, devemos observar um pouco mais para ver se realmente este número é possível de atingir.

O diretor-presidente do Grupo Gerdau comentou:

Também a ida do País ao FMI, frisando que o Brasil não teve opção:

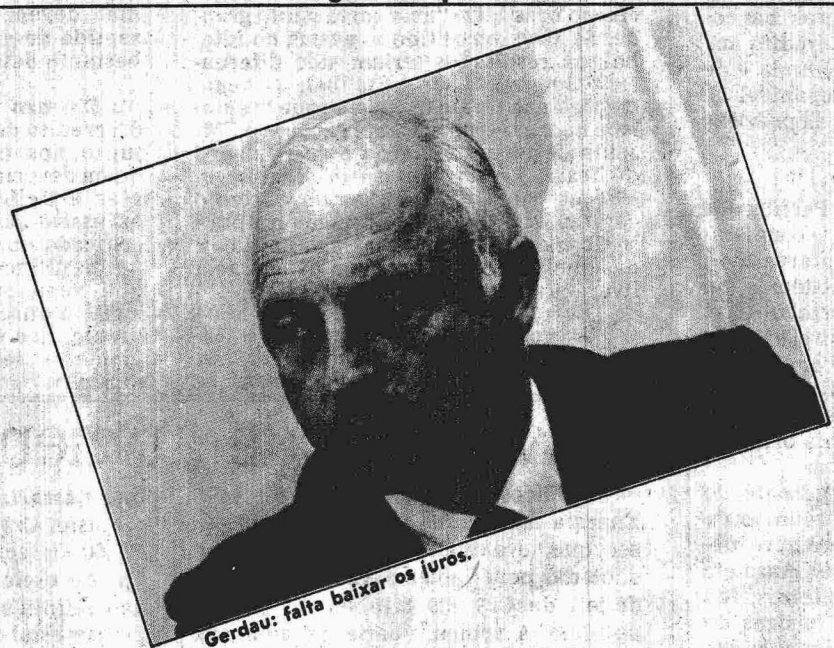
O País ficou com dificuldades no fluxo financeiro para a entrada de recursos, e teve de apelar para o Fundo Monetário Internacional, que realmente é o instrumento para tentar reequilibrar o sistema financeiro. Para o Brasil continuar vivendo dentro do sistema financeiro internacional, para que os banqueiros internacionais continuassem a sustentar as nossas necessidades de poupança internacional, o Brasil teve de buscar o apoio do FMI.

Notou Gerdau que com os recursos do FMI o Brasil tentará "conseguir que as dívidas de curto prazo possam ser remontadas dentro de um fluxo de amortizações de médio e longo prazos, para que a pressão de caixa de curto prazo seja aliviada. Este é o principal fator para que o sistema financeiro internacional possa continuar financiando e apoiando o nosso desenvolvimento".

O aspecto negativo do apelo ao FMI, acrescentou o empresário, é que a política interna do Brasil tenha de ser condicionada às regras do próprio FMI, pois "negociar sob pressão, sem autonomia política, é sempre desagradável". Entretanto, Gerdau ressaltou que se as medidas do FMI "são desagradáveis, são também absolutamente realistas". Além disso, "como estas regras (do FMI) são bastante clássicas para o alinhamento e correção dos desequilíbrios econômicos, as nossas autoridades já vinham se aproximando bastante delas. De modo que as modificações não são tão grandes em relação àquilo que já vinha sendo feito".

Indagado sobre as vantagens ou desvantagens que teria uma renegociação ampla da dívida externa brasileira, ou a declaração unilateral de moratória sugerida por oposicionistas, o diretor-presidente do Grupo Gerdau afirmou:

De certo modo nós já estamos tendo uma renegociação ou uma negociação da dívida. Com os principais banqueiros já está se debatendo claramente o perfil da dívida e o estabelecimento de um fluxo financeiro que diminua a pressão de caixa a curto prazo. Sob o aspecto da moratória, não considero que seja a solução, porque o importante é o País adaptar-se a uma realidade econômica internacional. E uma moratória não seria nada mais do que uma postergação desse processo.



Gerdau: falta baixar os juros.